

7 O ESTADO E OS PARCEIROS SOCIAIS: NEGOCIANDO UM PACTO DE DESENVOLVIMENTO*

IGNACY SACHS

Dividido entre os pólos ideológicos do *totalitarismo*, do *estatismo* e do *liberalismo dogmático*,¹ o tema do papel do Estado tem ocupado o centro da cena no debate sobre as teorias do desenvolvimento. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, esse papel passou por três estágios, que são resumidos da seguinte forma por H. J. Chang:

- a era da regulação (1945-1970), quando a maioria dos países presenciou um aumento da intervenção governamental, na forma de um aumento nos gastos do governo, nacionalização, ampliação da regulação, com desdobramentos paralelos nas teorias econômicas intervencionistas;
- o período de transição (1970-1980), quando os regimes intervencionistas do pós-guerra começaram a ser expostos a um ataque político de porte, apoiado no surgimento de teorias econômicas antiintervencionistas;
- a era da desregulação (1980 até o presente), quando muitos países tentaram reduzir a intervenção do governo, por meio da privatização, dos cortes orçamentários e da desregulação, muitas vezes extraindo suas justificativas das implicações teóricas das teorias antiintervencionistas que tiveram origem na década de 1970 e foram elaboradas na década de 1980 (1997a, p.724).²

* Tradução: Maria Clara Cescato.

1 Empréstos desses termos do prefácio de Mikaly Simai a Chang & Rowthorn (1995).

2 Cf. também Chang & Rowthorn (1995), com duas importantes contribuições dos organizadores, bem como a coletânea de textos da WIDER sobre o papel do Estado nas mudanças econômicas, em Deane (1989) e Block (1994).

O impacto provocado pela ideologia neoliberal do Estado mínimo explica porque, no Brasil, “a necessidade de redefinir e reconstruir o estado se tornou uma questão da mais alta prioridade” (Presidência da República, 1995, p.14). Mas, como veremos, essa é uma preocupação que o Brasil tem em comum com muitas outras nações, tanto do Sul quanto do Norte, sem mencionar a Rússia pós-socialista, onde o vazio de uma legítima autoridade do Estado produz máfias, em vez de um eficiente *laissez faire* (Kuttner, 1997, p.330; cf. também Ziegler, 1998). De modo muito significativo, o *Relatório de Desenvolvimento de 1997*, do Banco Mundial, tem como seu tema principal o Estado num mundo em mudanças (Banque Mondiale, 1997).

Os velhos modelos perderam sua força. O “socialismo real” caiu por terra, por razões essencialmente políticas. A ausência de transparência e de instituições democráticas que permitissem um controle social eficiente do funcionamento do Estado resultou no surgimento de formas de estatismo patológicas ou de visão estreita, de clientelismo e de patrimonialismo, com efeitos devastadores sobre a eficácia do sistema econômico.

Sob diferentes nomes (privatização do Estado, anéis burocráticos, capitalismo de camaradas), patologias semelhantes assolaram regimes mais ou menos autoritários na periferia do sistema capitalista, na América Latina, na África e na Ásia. Eles chegaram até mesmo a perverter o modelo do Estado desenvolvimentista da Coreia do Sul. No entanto, a crise lá ocorrida foi provocada pela ausência de uma regulação e uma monitoração eficientes do sistema bancário, uma omissão, e não um excesso, do Estado desenvolvimentista.

Os ideólogos do *laissez faire* imediatamente interpretaram a falência das economias centralmente planejadas do bloco soviético como uma prova *a contrário* da excelência de seu modelo. No entanto, como observou Eric Hobsbawm (1994, p.563-9), essa contra-utopia da ruína do socialismo real é também uma falência, que pode ser comprovada: todos os milagres do século XX foram conquistados contra o *laissez faire*, e não por meio dele.³

Uma questão muito mais perturbadora que a falência desses dois pólos opostos é o estado de desorientação em que se encontram os programas e políticas de *meio termo*, que tentam pragmaticamente mesclar os domínios público e privado, o mercado e o planejamento, o Estado e a empresa e, mais recentemente, o Estado e a sociedade civil.

O paradigma da social-democracia, que buscava a eficiência num crescimento impulsionado pelo mercado e equidade por meio de esquemas de

3 Para uma análise convincente do papel empresarial desempenhado pelo Estado americano, durante o período de recuperação econômica no fim do século XIX, cf. Kozul-Wright (1995).

redistribuição generosa,⁴ também entrou em crise, como reconhecem os líderes dos partidos socialistas.⁵ Ele funcionou de 1945 ao final da década de 1970, quando as economias do Ocidente passavam pelo período de grande desenvolvimento do pós-guerra e de quase pleno emprego. Mas ele não pode mais dar conta da simples redistribuição da renda, com os presentes níveis de desemprego, a exclusão social e a crescente desigualdade social entre as nações e no interior delas. Os impostos não podem ser aumentados além de um certo limite, sem sofrer violenta resistência por parte dos capitalistas, temerosos de perderem sua margem de competitividade e ameaçando transferir suas empresas para países que ofereçam um regime fiscal mais complacente.⁶ Na realidade, a riqueza compra, entre outras coisas, poder, e o poder em mãos privadas resiste à redistribuição.

Daí a necessidade urgente de enfrentar duas questões mais fundamentais, ao mesmo tempo em que nos empenhamos em manter redes de segurança para os necessitados: *a distribuição da renda primária inscrita no sistema produtivo e a redistribuição dos bens.*

No processo de produção, a ênfase deve ser colocada na distribuição da riqueza (Kumarappa, 1950). O pleno emprego (inclusive o trabalho autônomo) e a participação proporcional, definida *ex-ante*, dos salários e lucros na renda nacional devem, dessa forma, tornar-se o ponto de entrada no processo reiterado de projetar a estratégia de desenvolvimento, em vez de ser tratado como resultado do crescimento impulsionado pelo mercado e pelo lucro.⁷

Por outro lado, como defenderam de modo persuasivo Fitoussi & Rosanvallon (1996), para promover a igualdade de oportunidades, uma outra convicção do paradigma social-democrata, é necessário democratizar o acesso a bens como moradia, transportes, ambiente urbano, concomitantemente com a educação e a saúde. Isso, no entanto, exige um empenho permanente e muito maior do investimento público, algo que os empresários da área privada não estão dispostos a aceitar tão facilmente na atual conjuntura. Após a queda do

4 A seguinte afirmação é atribuída a um líder socialista do Ocidente europeu: “Vamos cuidar bem da vaca capitalista, para ter bastante leite para distribuir a todos”.

5 Cf. um recente artigo de Dominique Strauss-Khan (ministra francesa das Finanças): “*Après le succès, puis l'épuisement du modèle social-démocrate issu de l'après-guerre, la pensée de gauche est une nouvelle fois à reconstruire*” [“Após o sucesso, e, posteriormente, o esgotamento do modelo social-democrata saído do pós-guerra, o pensamento de esquerda está mais uma vez por ser reconstruído”] (*Le Nouvel Observateur*, 19-25 de fevereiro 1998, p.45).

6 Para uma crítica da competitividade como uma ideologia que prevalece por toda parte, cf. Petrella et al. (1993).

7 Em outras palavras, a economia convencional deve ser invertida, em consonância com as concepções do grande economista polonês Michael Kalecki. Cf., a esse respeito, Kurien (1997).

muro de Berlim e o desaparecimento da União Soviética, sua posição endureceu, como se o mundo estivesse retrocedendo ao período anterior a 1929, pondo entre parênteses o pacto fordista e o consenso keynesiano.

Sob certas circunstâncias, não será fácil desenvolver novos *regimes democráticos de meio termo* que, sem perder sua eficiência econômica, atinjam o correto equilíbrio entre o público e o privado, entre o mercado e o planejamento, entre as contingências de curto prazo e as concepções de longo prazo modeladas pelos ideais de justiça social e harmonia com a natureza.

Até o momento, nenhuma das variedades do capitalismo atualmente existentes⁸ teve êxito nesse esforço, resistindo ao desafio da crise que minou a eficácia das três principais áreas de ação no mundo contemporâneo: o Estado, o mercado e a ciência e a tecnologia (Banuri, 1998).

O Estado perdeu parte de sua autonomia de ação em consequência dos processos de globalização da economia, embora as avaliações sobre os efeitos paralisadores da globalização sejam muitas vezes exageradas.⁹ Mais grave que isso tem sido o enfraquecimento do “consenso keynesiano” de pós-guerra, relativo à legitimidade da intervenção do Estado, sob o impacto combinado da crítica neoclássica dos fracassos do governo (justificada até certo ponto pelos excessos e patologias do estatismo), da crítica liberal das violações dos direitos humanos por muitos governos, do surgimento da sociedade civil e da falência do planejamento amplo e centralizado, do tipo soviético. Para os defensores do livre-mercado, a política e o governo são daninhos, em razão do impacto negativo que, alega-se, eles teriam sobre a eficiência alocativa dos mercados.

8 Cf., a esse respeito, Albert (1990); Crouch & Streeck (1996), Todd (1998) e, para uma visão geral sobre o surgimento e a violenta investida posterior contra o Estado do Bem-Estar, Bairoch (1997, p.446-545).

9 Para Todd (1998), a globalização é o efeito e não a causa do desaparecimento das nações. Seu livro controverso, mas muito provocativo para o pensamento, é uma inflamada defesa do retorno aos estados nacionais e ao protecionismo inteligente (cf. as duas passagens seguintes: “*L’hypothèse d’une ‘globalisation’ principe abstrait agissant ‘de l’extérieur’ sur toutes les nations n’a pas de substance. Elle n’est qu’un mythe, une mise en scène du sentiment d’impuissance des élites politiques et culturelles*” [“A hipótese de uma ‘globalização’, princípio abstrato que atua ‘do exterior’ sobre todas as nações, não tem consistência. Ela não passa de um mito, uma encenação do sentimento de impotência das elites políticas e culturais”] (p.297) e “*Si ce n’est pas la mondialisation qui dissout les nations, mais l’autodissolution des nations qui produit la mondialisation, alors la recomposition des nations fera s’évanouir le problème de la mondialisation*” [“Se não é a mundialização que dissolve as nações, mas a autodissolução das nações que produz a mundialização, então o restabelecimento das nações fará que desapareça o problema da mundialização”] (p.318). Todd exige que se denuncie o Tratado de Maastricht e é hostil à independência dos bancos centrais. Embora eu assumo uma visão mais prudente dos processos de globalização, defendo também o fortalecimento dos estados nacionais como uma proteção contra os impactos negativos da globalização (Sachs, 1996 e 1997a).

Ao mesmo tempo, o mercado não cumpriu as promessas de crescimento e de recuperação social que se supunha iriam resultar da liberalização. Apresentada como uma solução, a liberalização parece na verdade ser mais uma parte do problema,¹⁰ diante do melancólico desempenho da economia mundial nas décadas de 1980 e 1990. Cabe aqui uma passagem do relatório de 1997 da UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development):

Desde o início da década de 1980, a grande história da economia mundial tem sido a da liberação das forças de mercado. A desregulação dos mercados internos e sua abertura à competição internacional tornaram-se traços universais. A “mão invisível” agora opera globalmente e com menos pressões compensatórias por parte dos governos do que ocorreu durante décadas. Muitos comentadores estão otimistas quanto às perspectivas de um crescimento mais rápido e de uma convergência das rendas e padrões de vida, que uma maior competição global deverá trazer consigo.

No entanto, existe também uma outra grande história. Desde o início da década de 1980, a economia mundial tem-se caracterizado pelo aumento da desigualdade e por um crescimento lento. A distância em termos de rendas entre o Norte e o Sul continuou a se ampliar. Em 1965, a renda média *per capita* dos países do G-7 era vinte vezes a dos sete países mais pobres. Em 1995, ela havia se tornado 39 vezes maior. (UNCTAD, 1997, p.IV)

O secretário-geral da UNCTAD, Rubens Ricupero, assinala corretamente que os atuais modestos índices de crescimento de cerca de 3% ao ano – cerca de dois pontos percentuais a menos que os atingidos durante a “era dourada” de 1950-1973 – não podem resolver nem o problema de emprego no Norte, nem o problema de pobreza no Sul. Tanto mais que a liberalização da economia mundial ocorreu de modo desequilibrado, com uma discriminação contra certas áreas nas quais o Sul poderia obter certas vantagens comparativas.

Quanto à terceira crise mencionada por T. Banuri, ela tem origem na ineficácia do controle social sobre o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, resultando em freqüentes desencontros entre o progresso técnico e as autênticas necessidades da população, em taxas excessivas de “destruição criativa” (que se torna pura e simplesmente destruição desperdiçadora) e em custos desnecessariamente altos, em termos sociais e ambientais, do crescimento econômico. Toda atenção é dedicada à eficiência alocativa smithiana, em detrimento da eficiência keynesiana (que extrai todas as vantagens do poten-

10 Esse é, sem dúvida, o caso de diversos países formados no pós-socialismo, que deram início à sua transição para a economia de mercado sob o fascínio do neoliberalismo doutrinário e das teorias do Estado mínimo apenas para descobrir, do modo mais difícil, a importância de se atribuir o correto papel ao Estado no processo de transformação (cf. Chavance, 1998).

cial de crescimento da economia) e da eficiência schumpeteriana (a capacidade de controlar o progresso técnico em favor do desenvolvimento social).¹¹

As inovações institucionais e de políticas que deverão amadurecer nas próximas décadas irão variar de país para país, dado o amplo espectro das atuais configurações sociais, econômicas, políticas e ambientais. No entanto, deverão prevalecer algumas características comuns. Algumas delas são abordadas a seguir.

UM BRILHANTE FUTURO PARA OS REGIMES DEMOCRÁTICOS DE MEIO-TERMO

Um retorno dos modelos extremistas do socialismo dogmático e da “loucura” do livre-mercado, para empregar os termos de G. Harcourt (cf. Chang, 1997b), é altamente improvável. Isso nos deixa com uma ampla família de regimes democráticos de meio-termo, que misturam um “neo-socialismo” com o “neocapitalismo” e que transcendem a oposição, um tanto escolar, entre “social-democracia” e “liberalismo social”. Nas palavras de Wilhelm, esses regimes deveriam ser

capazes de refletir os novos valores, o novo contrato social e a nova governança resultante, refletir a necessidade de reavaliar a redistribuição e o uso do tempo, as necessidades e a qualidade de vida da espécie humana urbanizada, a nova conexão entre os sistemas rural e urbano, os novos conceitos de educação e de democracia ... A perspectiva de um fascinante mundo novo, o Renascimento do século XXI! Se pudermos tornar isso verdade... (1998, p.103)

A busca de uma terceira via freqüentemente tem sido ridicularizada e descartada como uma utopia impossível. Tem-se sugerido, no entanto, que ela constitui a rota mais promissora a se explorar. Daí a importância de se proceder a uma avaliação exaustiva da tentativa independente empreendida pela Índia, de traçar uma “rota intermediária” sob a liderança de J. Nehru e P. C. Mahalanobis, por larga margem o experimento mais amplo dessa espécie, qualquer que seja a avaliação sobre seus êxitos e fracassos.¹² Em vez de

11 Para uma distinção entre os três tipos de eficiência, cf. Kuttner (1997). Ruffolo (1988) oferece uma análise bastante interessante da distância entre a grande capacidade técnica de nossa civilização e seus instrumentos primitivos de planejamento e política. Cf. também Salomon et al. (1994).

12 O sintético livro de S. Chakravarty (1987), sobre a experiência da Índia no planejamento de seu desenvolvimento, oferece um ponto de partida. Cf. também Sachs (1994).

reproduzir mimeticamente modelos prontos, trazidos do exterior, o desafio está em pôr em funcionamento nossa imaginação social, para avançar rumo a soluções nascidas no próprio país. Essas soluções deverão levar em conta as singularidades de cada país, estar enraizadas em sua história intelectual e política e, ao mesmo tempo, aprender com as experiências de outros países, quer positivas quer negativas. O desenvolvimento potencial de um país depende de sua capacidade cultural de formular um *projeto nacional* e então mobilizar a capacidade política e administrativa de levá-la avante, muito mais que de sua riqueza em recursos naturais e do grau de avanço de suas forças produtivas, por mais importantes que sejam. Isso não pode acontecer na ausência de *auto-estima*, que não pode ser confundida com o ufanismo.¹³

Todos os regimes de meio-termo atuam com “economias mistas”, que combinam em proporções e configurações diferentes os setores público, privado e social.

A expressão “setor social” abrange todas as atividades organizadas sem fins lucrativos juntamente com as instituições de cooperação e ajuda mútua. No Brasil, são usados dois conceitos, que em parte se sobrepõem. A atual reforma do Estado tem como meta transferir para as “organizações sociais” pertencentes ao “setor público não-estatal” a administração de serviços sociais não-exclusivos, tais como hospitais, universidades e escolas técnicas, centros de pesquisa, bibliotecas e museus. O pressuposto subjacente é o de que a esfera pública é mais ampla que o Estado. Quando o mercado é manifestamente incapaz de oferecer certos serviços de um modo que permita o acesso eqüitativo a eles e o Estado está sobrecarregado e/ou é ineficiente, faz sentido transcender a dicotomia Estado-mercado e transferir essas funções às organizações sociais (Bresser Pereira, 1997, p.22-31).

Por outro lado, as organizações voluntárias sem fins lucrativos são conhecidas como *terceiro setor* “privado porém público” (Fernandes, 1994).¹⁴

O setor privado é uma categoria altamente heterogênea, com suas empresas modernas, uma ampla variedade de pequenas empresas não-registradas, agricultura familiar, e uma enorme gama de prestadores de serviços e produtores independentes de mercadorias. As atividades “informais” permeiam

13 A autoconfiança (que não deve ser confundida com a autarquia) e a auto-estima são, em grande parte, conceitos que se sobrepõem, na medida em que põem em destaque a tomada autônoma de uma decisão. “Autoconfiança” é provavelmente a melhor tradução para o português da expressão inglesa “*self-reliance*”, como sugerido por Fernando Henrique Cardoso.

14 “O terceiro setor representa tudo que não é nem Estado nem mercado e que busca o interesse público – os esforços filantrópicos e voluntários sem fins lucrativos” (Cardoso, R., 1997, p.7).

esse setor, mas não constituem um setor individual. Como os agentes econômicos do setor informal estão, por definição, excluídos da esfera de atuação dos sistemas de bem-estar social, a inversão da atual tendência quanto à informalidade observada, tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento, constitui uma *conditio sine qua non* para o avanço em direção a regimes socioeconômicos mais equitativos. A incapacidade de lidar com o problema do desemprego pode ser uma explicação, mas não é de forma alguma uma justificativa para a complacência com relação à expansão dos mercados de trabalho informal. O setor social poderia desempenhar um papel central na superação da informalidade.¹⁵

SOCIEDADE CIVIL E GOVERNO: PACTOS PARA O DESENVOLVIMENTO?

O surgimento da sociedade civil auto-instituída, como uma parceira social independente, deverá modificar completamente os sistemas de governo. É muito cedo para se dizer se a sociedade civil tem o potencial de se tornar um terceiro sistema de poder, ao lado do poder político e do poder econômico, como sugerido pelo *Third Systems Project*, da International Foundation for Development Alternatives – IFDA (Fundação Internacional para o Desenvolvimento de Alternativas), e captado no título emblemático do célebre ensaio do presidente da IFDA, Marc Nerfin: “Neither Prince, nor Merchant: the Citizen” [“Nem príncipe, nem comerciante: o cidadão”] (Nerfin, 1986).¹⁶ Existem, no entanto, boas razões para se acreditar que os movimentos e as organizações de cidadãos, que não se identificam com os partidos políticos nem com os sindicatos de trabalhadores, fizeram uma entrada definitiva no cenário político.

Até agora, sua presença não foi suficientemente reconhecida e sem dúvida também não foi adequadamente institucionalizada. Subsistem ainda diversas ambigüidades, algumas cultivadas pelos próprios cidadãos; outras, pelos governos.

15 Para maiores detalhes, cf. Sachs (1997b).

16 J. Szacki (1997) tomou emprestado a Nerfin esse título, empregado em sua importante coletânea de textos sobre o surgimento do conceito contemporâneo de sociedade civil, publicado em polonês. Seu ensaio introdutório e diversos artigos presentes nesse livro remontam às origens da compreensão contemporânea da sociedade civil, até as revoltas do Leste Europeu contra o “socialismo real”. No entanto, no trabalho da IFDA, fomos mais influenciados pelos exemplos dos movimentos sociais ocorridos na Alemanha e na Índia. F. H. Cardoso e Rajni Kothari contribuíram de modo essencial para o delineamento do arcabouço teórico da IFDA. Cf. o prefácio de F. H. Cardoso (1997) a Dahrendorf.

- Quem as dota de seu poder? Trata-se de um processo de auto-instituição, ou de uma devolução parcial do poder por parte das autoridades centrais, interessadas em se livrar de certas responsabilidades? A dotação de poder, como observado por Friedmann (1992 e 1996), difere radicalmente das concepções dos comunitaristas na linha de Etzioni¹⁷ e não tem absolutamente nenhuma relação com as manifestações do presidente Reagan sobre o tema.
- Em que espaços de desenvolvimento os movimentos dos cidadãos e organizações podem atuar? Eles devem se confinar aos espaços locais, ou devem, ao contrário, ter a ambição (totalmente justificada em minha opinião) de atuar em todos os espaços – locais, regionais, nacionais e internacionais? A discussão europeia, ainda não concluída, sobre a subsidiariedade¹⁸ e as tendências mundiais de descentralização é tema estreitamente vinculado à questão anterior.

A descentralização é freqüentemente apresentada como sinônimo de democratização, embora esses dois processos não sejam necessariamente correspondentes. Também não é razoável despojar o Estado nacional de responsabilidades que não possam ser enfrentadas adequadamente no nível regional ou local. Dessa forma, as tão necessárias reformas institucionais devem lidar simultaneamente com dois problemas: a adequada articulação de todos os espaços de desenvolvimento¹⁹ e a democratização de *todos* os níveis de governo.

Dessa forma, os movimentos dos cidadãos e associações devem ter uma oportunidade permanente de participação no governo nos níveis local, regional e nacional, ao lado dos partidos políticos, dos sindicatos de trabalhadores e do empresariado organizado.

Em minha opinião, *uma tal participação deve assumir a forma de um diálogo e negociação quadripartite permanentes, em torno de estratégias de*

17 Como reação ao individualismo excessivo e à prepotência dos interesses econômicos, em competição com os movimentos sociais conservadores de natureza religiosa, os comunitaristas buscam a regeneração da ordem social, alicerçados nos valores morais partilhados pela comunidade. Eles defendem o trabalho em comum e a promoção de empregos comunitários, um acordo multipartidário para manter a rede de segurança social e a limitação voluntária do consumo conspícuo, aliada à busca de outras fontes de satisfação menos materiais (Etzioni, 1996, p.84).

18 Quem decide o que deve ser deixado para o escalão mais baixo e o que deve ser da alçada do escalão mais alto?

19 No Brasil, isso significa, entre outras coisas, uma recomposição do “pacto federativo”, de modo a garantir um relacionamento mais harmônico entre as diferentes regiões do país e, sem dúvida, para controlar as desastrosas práticas de “guerras fiscais” entre os estados e municípios, travadas no esforço de atrair investidores nacionais e estrangeiros.

desenvolvimento e procedimentos de implantação escolhidos de comum acordo entre os participantes, convertidos em conjuntos de contratos que estabeleçam as responsabilidades dos stakeholders, até se chegar a um pacto para o desenvolvimento.

Os argumentos em apoio às propostas acima podem ser resumidos da seguinte forma:

1 A utilidade das negociações tripartites é amplamente reconhecida. Não há razões para que negociações *quadripartites* não tenham êxito, desde que para isso sejam criados os foros apropriados.

Em nível local (municipal), elas poderiam assumir a forma de conselhos para o desenvolvimento, que poderiam começar como um grupo consultivo, com a responsabilidade de mais tarde transformar-se em órgãos deliberativos. Propostas desse tipo foram formuladas após a Conferência sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, organizada pela ONU em 1992, com a elaboração das *Agendas 21*. Desde então, houve muito pouco progresso, mas a necessidade de se avançar nessa direção foi reafirmada na sessão especial de junho de 1997, da Assembléia Geral da ONU, na Rio+5. Deve-se deixar espaço para a experimentação com diferentes tipos de foros e/ou conselhos para o desenvolvimento, levando-se em conta as diferenças na geometria regional (os municípios isolados ou consórcios de municípios, as unidades administrativas especiais, tais como as reservas extrativistas, as reservas de biosfera, as microrregiões, consórcios por bacia hidrográfica etc.).

Em nível regional e nacional, o primeiro passo poderia consistir na realização de conferências com a participação de um amplo espectro de *stakeholders* (o que na França é chamado de *Etats généraux*), oferecendo uma oportunidade para tomar-se conhecimento das reivindicações da população (*cahiers de doléances*), mas também para identificarem-se as alternativas de ação.

As experiências brasileiras com as *câmaras setoriais* merece um exame atencioso quanto ao seu potencial ainda não desenvolvido, desde que sejam implantadas em todos os setores da economia e que sua composição seja ampliada, conforme sugerimos neste texto.

2 Minha expectativa é de que o terceiro setor contribua para o debate e as negociações, com sua percepção dos problemas e aspirações da população, com seu conhecimento mais detalhado das diferentes condições locais, bem como com sua imaginação e seus recursos naturais ou humanos, latentes, mal ou insuficientemente utilizados,²⁰ assim como imaginação na proposta de

20 Na medida em que as cidades são ecossistemas e, dessa forma, constituem recursos em potencial, as estratégias de desenvolvimento eco-sustentado no ambiente urbano devem se apoiar na identificação e controle desses recursos. Cf. as atas do Seminário sobre as Cidades Metropolitanas Latino-americanas diante da Crise, organizado em São Paulo por Jorge Wilhelm em 1984 (PMS/CEPAL/UNU, 1995); e Sachs (1993).

parcerias inovadoras com outros *stakeholders*,²¹ um tema que recebeu grande destaque na Conferência da ONU sobre o *habitat*, realizada em Istambul, em 1996. Os movimentos dos cidadãos, especialmente os que estão envolvidos nas causas ambientais e de proteção aos direitos das mulheres e crianças, são os mais apropriados para representar os interesses das futuras gerações que os de qualquer outro *stakeholder* (cf. Kothari, 1998, p.281-2).

No entanto, uma condição difícil de ser atendida será garantir uma representação adequada do terceiro setor para cada tema discutido, tanto em termos de responsabilidades quanto de apoio genuíno da população (legitimidade). Isso exigirá uma grande flexibilidade institucional e exigirá também que os experimentos sejam realizados com uma mente aberta. Como já mencionado, os foros e conselhos para o desenvolvimento deverão trabalhar com uma geometria diversificada. O aspecto atraente das *câmaras setoriais* está no fato de elas serem, por definição, constituídas por membros de uma área específica.

Defendi num outro trabalho (Sachs, 1998) a reformulação do conceito de desenvolvimento em termos de apropriação eficaz dos direitos humanos, num sentido individual e coletivo, negativo (liberdade de), e num sentido positivo (liberdade para): a primeira geração de direitos cívicos, civis e políticos, a segunda geração de direitos econômicos, sociais e culturais, a terceira geração de direitos coletivos (cidade, ambiente, desenvolvimento). L. C. Bresser Pereira (1998) propõe o acréscimo a essa lista de uma quarta geração, a dos direitos republicanos, garantindo o acesso e o uso sábio dos patrimônios públicos. Os direitos humanos poderiam servir como pontos de partida para a discussão de estratégias de desenvolvimento, facilitando a organização de diálogos e negociações quadripartites.

3 O bom funcionamento dos regimes democráticos de meio-termo exige que se identifiquem áreas de consenso entre os *stakeholders* e, mais importante ainda, que se façam concessões recíprocas com relação a seus interesses, muitas vezes conflitantes. Dessa forma, a negociação contínua entre os *stakeholders* é fundamental para a própria existência desses regimes. Na esteira dos estudiosos escandinavos, podemos falar de uma *economia negociada* ou talvez de uma *economia negociada e contratual*, uma vez que os contratos devem se seguir às negociações bem-sucedidas.

A base teórica dessa conceitualização pode ser encontrada nos textos dos neo-institucionalistas, regulacionistas e formuladores da teoria das convenções.

21 Uma das palavras de ordem do movimento de 1968 em Paris era “a imaginação no poder”. O primeiro volume das memórias de Celso Furtado capta a essência do planejamento do desenvolvimento em seu sugestivo título: *A Fantasia Organizada*.

Mais importante, podem-se mencionar as práticas relativamente bem-sucedidas de planejamento na França, na época em que este ainda tinha uma função relevante no sistema francês de governo. Uma ampla bibliografia interpreta isso erroneamente como planejamento “indicativo”. Mas os dados numéricos indicativos dos sucessivos planos franceses não têm muita importância. Os planos não eram importantes. O realmente importante era o *processo de planejamento*, desenvolvido por equipes de trabalho compostas por especialistas e representantes de todos os parceiros sociais. Os documentos assim produzidos – relatórios e livros brancos – refletiam uma opinião unificada, e dessa forma ofereciam diretrizes para políticas públicas, indicações para atores privados (empresas) e conteúdo para os chamados *contrats de plan* implantados por meio de parcerias entre autoridades centrais e locais, empresas públicas e privadas e, às vezes, o terceiro setor.

Uma outra variante do tema da abordagem negociada e contratual está presente na administração dos chamados *parcs naturels régionaux* (uma designação inapropriada) – unidades territoriais caracterizadas por ecossistemas frágeis e/ou pela existência de um patrimônio histórico importante. Essas unidades recebem um estatuto especial (e certos privilégios) por parte do Ministério do Meio Ambiente francês, com base num acordo negociado a cada dez anos entre as autoridades locais e as associações de cidadãos, com vistas a uma reconciliação entre os interesses de conservação e os objetivos socioeconômicos.²²

As reservas da biosfera, recomendadas pelo programa Man and Biosphere da UNESCO, atuam com uma filosofia análoga. Em termos mais gerais, pode-se supor que a abordagem negociada e contratual será aplicada cada vez mais na conservação da biodiversidade por meio do ecodesenvolvimento.²³

ONDE FICA O ESTADO?

Podemos agora nos voltar para o principal tema desta conferência e mapear as principais funções atribuídas ao Estado nos regimes democráticos de meio-termo que desenvolvem uma economia negociada e contratual. Espera-

22 Os parques naturais regionais ocupam atualmente 10% do território francês, e espera-se que seu número duplique nos próximos anos.

23 Nesse aspecto, as experiências da Índia, de Madagascar e do Brasil (nas reservas extrativistas) são especialmente interessantes. Elas foram objeto de comparação numa conferência organizada em Belém, em 1996, pela UNAMAZ (União dos Povos da Amazônia) e pelo South-South Cooperation Programme on Environmentally Sound Socio-Economic

se que o Estado tenha a capacidade de resistir ao massacre das doutrinas neoliberais, que têm o objetivo de destruir as estruturas coletivas que se encontram no caminho da busca sem freios dos interesses egoístas e da paixão individual pelo lucro. Os neoliberais propõem um Estado mínimo e fraco. O desafio então é o de reconstruir um Estado *mais enxuto*, mas também *mais forte*, guardião e promotor do interesse público, desempenhando um papel central na nova ordem social emergente, alicerçada na busca racional de órgãos coletivos (associações de cidadãos, partidos políticos, sindicatos de trabalhadores), com objetivos elaborados e aprovados coletivamente (Bourdieu, 1998).

Existe uma ampla concordância quanto à prioridade a ser atribuída às *funções reguladoras* do Estado. Mesmo os defensores incondicionais da economia de mercado concordam em que um excesso de mercado mata o mercado. Para funcionar adequadamente, os mercados exigem regras de jogo estabelecidas com clareza. Mas esse é um consenso, no melhor dos casos, superficial, se não totalmente enganador, na medida em que as opiniões divergem radicalmente em certas questões fundamentais, algumas das quais enumeramos a seguir.

- Precisamos no momento de uma nova e melhor regulamentação – em nível nacional e internacional – ou, ao contrário, de uma desregulamentação acelerada, como sugerem alguns órgãos internacionais?
- Que peso deveria ser atribuído aos dispositivos econômicos e não-econômicos (legais, administrativos) no controle dos mercados?
- Mais importante: como harmonizar os interesses sociais, ambientais e econômicos? Para conseguir isso, será que deveríamos, alegando busca de eficiência, estender a racionalidade econômica para todas as esferas da vida pública e mesmo da vida privada, ou, ao contrário, recusar a considerar os mercados *pars pro toto*, fazer a economia retroceder a seu papel instrumental (embora vitalmente importante), reconhecer que “nem tudo está à venda” (Robert Kuttner) e reafirmar o primado do processo político democrático?

Pode-se supor com segurança que as respostas a essas questões irão variar consideravelmente, de um país para outro, de acordo com as diferentes configurações dos diversos regimes de meio-termo que forem surgindo.

Uma condição implícita para o funcionamento de uma economia negociada é a existência de um arcabouço criado por um *projeto nacional*, que

Development in the Humid Tropics (MAB-UNESCO-UNU-TWAS). Cf. Aragon & Clüßner-Godt (1997), bem como Freire Vieira & Weber (1997); e, ainda, Castro & Pinton (1997).

tenha origem num intenso debate da sociedade (dos cidadãos) que compare opções alternativas de desenvolvimento,²⁴ buscando um equilíbrio entre o ideal e o possível, uma “utopia viável” (Cardoso, 1998, p.32), e estabelecendo, dessa forma, os limites do *voluntarismo responsável*. O projeto nacional deve ser desdobrado numa estratégia de desenvolvimento, livre das distorções da visão excessivamente centrada nos resultados de curto prazo – o impacto negativo sobre os objetivos de desenvolvimento a longo prazo, resultante das políticas comerciais de curto prazo e das políticas de liberalização financeira propostas pelo consenso de Washington (Nayyar, 1998).

O planejamento desempenha um papel central na abordagem para o eco-desenvolvimento destinada à harmonização dos objetivos sociais, ambientais e econômicos.²⁵ No entanto, ele tem hoje em dia uma má reputação, em resultado do fracasso das economias de controle centralmente planejado no bloco soviético. Nós, sem dúvida, precisamos de um tipo *muito* diferente de planejamento, estratégico, flexível,²⁶ dialógico, ecumênico, com relação à participação dos atores sociais, envolvendo os cidadãos em geral, ao levar a discussão das opções para o espaço público, contratual.

Na ausência de um tal esforço de planejamento organizado pelo Estado, os *stakeholders* presentes nos procedimentos de negociação agiriam sem uma visão clara das prioridades nacionais de longo prazo. Eles seriam, além do mais, privados de um arcabouço que permitisse uma compatibilização dos diversos projetos, de modo a promover sinergias entre eles, em vez de caras duplicações e jogos competitivos de soma negativa.

As funções reguladoras e de planejamento reforçam-se reciprocamente. O projeto institucional deve ser sintonizado com as metas estabelecidas no projeto nacional. De outro modo, as opções para o desenvolvimento de um país dependem em certa medida do regime regulador adotado.

O Estado deveria atuar também como um *produtor direto* de mercadorias e provedor de serviços?

24 O planejamento é um “pensamento divergente”, costumava dizer M. Kalecki. Essa é, sem dúvida, a mais lapidar definição de planejamento.

25 Como afirma Godard (1998, p.223), “*si la société civile est la véritable héroïne de l’écodéveloppement, le personnage du planificateur en est certainement le pivot*” [“se a sociedade civil é a verdadeira heróina do eco-desenvolvimento, a personagem do planificador é sem dúvida seu pivô”]. Cf. também Sachs (1993).

26 No planejamento de tipo soviético, as incertezas futuras eram, por assim dizer, exorcizadas procedendo-se à alocação da totalidade dos recursos para todo o período de duração do plano. Praticamente não havia espaço de adaptação que permitisse enfrentar possíveis contingências. O planejamento flexível (e gradual) tenta, ao contrário, manter, tanto quanto possível, as opções em aberto, tomando as decisões necessárias para manter a economia no rumo desejado, apenas a cada ponto do tempo.

A atmosfera atual favorece a existência de menos Estado e mais mercado, com uma forte tendência a uma simples e direta privatização das empresas públicas. Essa é uma inversão total da atitude que prevalecia no período do pós-guerra, marcado por uma onda de nacionalizações, primeiramente na Europa e, depois, na periferia do mundo capitalista. A ênfase na *privatização das empresas públicas* não deve, no entanto, nos afastar da tarefa fundamental de *desprivatização do Estado* já mencionada, livrando-o de todas as patologias do estatismo, patrimonialismo e clientelismo.

O principal argumento apresentado em favor da privatização insiste no sofrível desempenho administrativo das empresas públicas, em comparação à eficiência e ao dinamismo dos empreendimentos privados. Essa afirmação é muitas vezes, mas de forma alguma sempre, verdadeira e exige uma verificação empírica, caso a caso.

De qualquer forma, historicamente, a função empresarial schumpeteriana nos países periféricos tem sido em grande parte desempenhada pelo Estado, e não pelo empreendimento privado. O setor privado não faz objeções à socialização do investimento e do risco iniciais, no período inicial da industrialização, desde que ele possa assumir num estágio posterior, sob condições financeiras favoráveis, as empresas que foram criadas no setor público, cuja viabilidade foi testada ou, então, que atuam numa área de monopólio natural.

É, sem dúvida, necessário o aumento da eficiência do setor público, por meio da eliminação, num primeiro momento, das empresas sem importância estratégica, deficitárias, sucateadas, adquiridas num certo momento pelo Estado para salvar da bancarrota seus ex-proprietários (um gesto típico do Estado privatizado). Mas nos países com um setor público de grande porte, onde foram desenvolvidas no passado *nacionalizações programáticas*, a completa retirada do Estado das funções produtivas dá origem a diversas questões controversas.

- O Estado deveria manter sua posição nos setores da economia considerados “estratégicos”? Ele deveria buscar um monopólio público nesses setores, ou permitir a competição entre as empresas públicas e privadas?
- Os investidores nacionais e estrangeiros deveriam receber um igual tratamento?
- Qual o correto procedimento com relação aos monopólios naturais? Quais serviços públicos, se é que existe algum, deveriam ser desempenhados diretamente pelo Estado?²⁷ Qual deveria ser o regime de concessões para os

27 Ao anunciar uma nova redução nas tarifas de energia elétrica, o presidente da Electricité de France estimou em 14,5% a redução média num período de quatro anos, uma econo-

serviços concedidos por contrato a empresas privadas e/ou organizações sociais? Como envolver as associações de usuários na administração dos serviços públicos?

Uma outra série de questões vincula-se à participação do Estado no setor financeiro.

- Qual deveria ser o papel dos bancos públicos de desenvolvimento? Em que aspectos eles devem diferir dos bancos de investimento privado? Que tipo de concessão de financiamento (subsidiado) eles deveriam oferecer aos grupos sociais escolhidos (como a agricultura familiar ou o pequeno empresário), bem como às unidades territoriais menos desenvolvidas?
- O Estado deveria desenvolver, na esfera do setor público, ou por meio de empresas de capital misto, projetos considerados prioritários, para os quais os investimentos privados não estão disponíveis a curto prazo?²⁸
- Qual deveria ser o grau de autonomia do Banco Central na condução da política monetária?

Historicamente, a *pesquisa* nos países em desenvolvimento tem sido quase um monopólio do setor público.

- Quais as perspectivas realistas de um maior envolvimento do setor privado na pesquisa? Seria ele desejável para além de um certo ponto, uma vez que a pesquisa financiada pelo setor privado tem a tendência a concentrar-se em tecnologias que interessam o nível micro do desenvolvimento da tecnologia, em detrimento de seu desenvolvimento em nível macro?
- A ciência e a tecnologia deveriam ser tratadas como um bem público. O que significa isso em termos práticos, num mundo em que a propriedade intelectual está cada vez mais privatizada e comercializada como uma mercadoria?

Essas últimas questões referem-se ao papel do Estado como *empregador*. A forma mais comum do clientelismo consiste na criação de empregos redundantes ou até mesmo fictícios em instituições públicas de todos os níveis. Burocracias com um excesso de funcionários, privilégios exorbitantes para as camadas superiores dos servidores públicos, aliados a um desempenho sofrí-

mia considerável para os usuários privados e uma contribuição para a competitividade sistêmica da economia francesa. Em seguida, acrescentou: "*C'est un service public à la française*". A mesma política seria possível em outro contexto?

28 Naturalmente, o investimento privado sempre pode ser persuadido, desde que os incentivos sejam suficientemente atrativos. Mas, para além de um certo ponto, incentivos excessivamente generosos se tornam contraproducentes. A questão das políticas é a seguinte: por onde deve passar a linha?

vel produzem uma imagem muito negativa aos olhos da opinião pública, o que a torna receptiva às manifestações neoliberais contra o Estado enquanto tal. Evidentemente, esses excessos devem ser impedidos, como tenta fazer a reforma administrativa brasileira.

No entanto, de modo um tanto paradoxal, existe uma necessidade de expandir o emprego no setor público, ao mesmo tempo em que se altera sua composição. *A educação, a saúde, os serviços sociais, a ampliação da agricultura e a proteção ambiental, todos precisam de muito mais funcionários*, não apenas no Brasil. Nas palavras de Paul Streeten (1997, p.68):

Não está de forma alguma claro que nossa sociedade não possa empregar uma ampla gama de funcionários da área de saúde, enfermeiras, educadores de crianças, jardineiros, encanadores, varredores, protetores e restauradores do meio ambiente e outros trabalhadores que não precisam das altas e raras habilidades exigidas pela tecnologia moderna e cujos serviços não podem ser substituídos quer por computadores quer por mercadorias de baixo custo importadas de países com baixa renda (embora a importação de trabalhadores de baixo custo deva ser bem-vinda). Muitos desses empregos estão, no entanto, no atualmente desprezado ou negligenciado setor público e podem exigir um ainda mais execrado aumento de impostos. Eles também são freqüentemente mal remunerados e não reconhecidos como importantes. Precisamos modificar nossa avaliação desse tipo de trabalho e garantir-lhe padrões mínimos de remuneração.

- Todos esses empregos deveriam ser criados no setor público?
- Quais são os modelos alternativos para a oferta de serviços sociais? Que tipos de parceria entre os diferentes *stakeholders*, inclusive os usuários, podem ser imaginados para essas atividades?

Podemos concluir este panorama geral das funções do Estado insistindo, mais uma vez, na natureza altamente controversa das questões levantadas neste texto. Sem dúvida, elas receberão diferentes respostas de um país para outro, dando origem a uma série de regimes de meio termo e economias mistas. Espera-se que alguns deles consigam negociar pactos para o desenvolvimento inovadores com todos os *stakeholders*.

POST-SCRIPTUM

Este texto deixou de lado a problemática internacional. A necessidade de regulamentar a economia internacional é mais urgente do que nunca. O debilitado sistema da ONU é incapaz, em sua atual forma, de estabelecer uma ordem internacional equitativa. As chamadas instituições de Bretton Woods

(inclusive a OIT) precisam ser reestruturadas para perder sua tendência militantemente neoliberal e de favorecimento aos países do Norte. A arrogância dos países ricos chega ao ponto de preparar o Multilateral Investment Agreement na OCDE, seu clube exclusivo, para depois impô-lo aos países em desenvolvimento. Apesar de toda a retórica da globalização, a divisão Norte-Sul está se aprofundando.

É necessária uma ativa política exterior por parte de todos os países interessados em reverter essa tendência desalentadora, que, com esse objetivo, explore as alianças e coalizões em potencial, fortaleça esquemas de integração regional, mobilize a opinião pública mundial na busca de um *pacto para o co-desenvolvimento Norte-Sul*. Certamente, as perspectivas são de uma luta longa e difícil, mas não totalmente sem esperanças. E as recompensas serão, sem dúvida, grandes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERT, M. (1990) *Capitalisme contre capitalisme*. Paris: Seuil.
- ARAGON, L. E., CLÜSENER-GODT, M. (1997) *Reservas da Biosfera e Reservas Extrativistas: Conservação da Biodiversidade e Ecodesenvolvimento*. Bélem, UNAMAZ-UNESCO. (Série Cooperação Amazônica n.18).
- BAIROCH, P. (1997) *Victoires et déboires III – Histoire économique et sociale du monde du XVI^e siècle à nos jours*. Paris: Gallimard.
- BANQUE MONDIALE (1997) *Rapport sur le Développement dans le Monde 1997, L'Etat dans un monde en mutation*. Washington.
- BANURI, T. (1998) Editorial: *Policy Matters*, n.1 (Newsletter of the IUCN Commission on Environmental, Economic and Social Policy).
- BLOCK, F. (1994) The Role of the State in the Economy. In: SMELSER, N., SWEDBERG, R. (orgs.) *The Handbook of Economic Sociology*. Princeton: Princeton University Press, Princeton.
- BOURDIEU, P. (1998) L'essence du néolibéralisme. *Le Monde Diplomatique*, mars.
- BRESSER PEREIRA, L. C. (1997) State Reform in the 1990s: Logic and Control Mechanisms. Brasília, *Cadernos Mare*.
- . (1998) Citizenship and *Res Publica*: the Emergence of Republican Rights. Brasília. (Mimeogr.).
- CARDOSO, F. H. (1997) Prefácio. In: DAHRENDORF, R. Depois de 1989: Moral, Revolução e Sociedade Civil. Reproduzido na *Folha de S.Paulo*, 16 de novembro.
- . (1998) L'utopie et le politique: du professeur au président. In: *Economies et Sociétés, Développement, croissance et progrès*, Série F, n.36, 1, p.29-35.
- CARDOSO, RUTH. (1997) Fortalecimento da Sociedade Civil. In: IOSCHPE, E.-B. (org.) *Terceiro Setor: Desenvolvimento Social Sustentado*. São Paulo: Paz e Terra, p.7-12.

- CASTRO, E., PINTON, F. (orgs.) (1997) *Faces do Trópico Úmido – Conceitos e Questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente*. NAEA/UFGA. Belém: Editora Cejup.
- CHAKRAVARTY, S. (1987) *Development Planning – The Indian Experience*. Oxford: Clarendon Press.
- CHANG, H. J., ROWTHORN, R. (orgs.) (1995) *The Role of the State in Economic Change*. Oxford: Clarendon Press.
- CHANG, H. J. (1997a) The Economics and Politics of Regulation. *Journal of Economics*, v.21, n.6, nov.
- . (1997b) Markets, Madness and Many Middle Ways – Some reflections on the institutional diversity of capitalism. In: ARESTIS, Ph., PALMA, G., SAWYER, M. (orgs.) *Markets, Unemployment and Economic Policy – essays in honour of Geoff Harcourt*, v.II, London/New York: Routledge. p.30-42.
- CHAVANCE, B. (1998) Grand-route et chemin de traverse de la transformation post-socialiste. In: *Economies et sociétés – Développement, croissance et progrès*. Série F, n.36, 1, p.141-9.
- CROUCH, C., STREECK, W. (orgs.) (1996) *Les capitalismes en Europe*. Paris: La Découverte.
- DEANE, P. (1989) *The State and the Economic System*. Oxford: Oxford University Press.
- ETZIONI, A. (1996) *The New Golden Rule. Community and Morality in a Democratic Society*. New York: Basic Books.
- FERNANDES, R. C. (1994) *Privado porém público: o terceiro setor na América Latina*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- FITOUSSI, J. P., ROSANVALLON, P. (1996) *Le Nouvel Age des Inégalités*. Paris: Seuil.
- FREIRE VIEIRA, P., WEBER, J. (orgs.) (1997) *Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento – Novos desafios para a pesquisa ambiental*. São Paulo: Cortez.
- FRIEDMANN, J. (1992) *Empowerment – The Politics of Alternative Development*. Cambridge/MA, Oxford/Inglaterra: Blackwell.
- . (1996) Rethinking Poverty: Empowerment and Citizen Rights. *International Social Science Journal*, n.148, UNESCO, jun.
- GODARD, O. (1998) L'écodéveloppement revisité. In: *Economies et Sociétés – Développement, croissance et progrès*. Série F, n.36, 1, p.213-39.
- HOBBSAWM, E. (1994) *The Age of Extremes – A History of the World, 1914-1998*. New York: Pantheon Books.
- KOTHARI, R. (1998) Sustainable Development – An Ethical Utopia for the 21st Century. In: *Economies et Sociétés – Développement, croissance et progrès*. Série F, n.36, 1, p.279-86.
- KOZUL-WRIGHT, R. (1995) The Myth of Anglo-Saxon Capitalism: Reconstructing the History of the American State. In: CHANG, H. J., ROWTHORN, R. (orgs.) *The Role of the State in Economic Change*. Oxford: Clarendon Press, p.81-113.
- KUMARAPPA, J. C. (1950) *The Gandhian Economy and Other Essays*. Magarwadi Wardha.

- KURIEN, C. T. (1997) Development with Equity. *Economic and Political Weekly*, 10 de maio.
- KUTTNER, R. (1997) *Everything for Sale, the Virtues and Limits of Markets*. New York: Alfred A. Knopf.
- NERFIN, M. (1986) Neither Prince nor Merchant: Citizen – An Introduction to the Third System. *IFDA Dossier*, n.56, p.3-29. nov.-dez., (Reimpressão: *Development Dialogue*, 1987, n.1, p.170-95).
- NAYYAR, D. (1998) Short-termism, Public Policies and Economic Development. In: *Economies et Sociétés – Développement, croissance et progrès*. Série F, n.36, 1, p.107-18.
- PETRELLA, R. et al. (1993) The Group of Lisbon. *Limits to Competition*. Lisboa: Fundação Gulbenkian.
- PORTER, M. (1990) *The Competitive Advantage of Nations*. New York/London: Macmillan.
- PREFEITURA DE SÃO PAULO/CEPAL/UNU. (1995) *América Latina: Crise nas Metrôpoles*. São Paulo.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Comissão da Reforma do Estado. (1995) *White Paper Reform of the State Apparatus*. Brasília.
- RUFFOLO, G. (1988) *Potenza e Potere. La fluttuazione gigante dell'Occidente*. Bari: Laterza.
- SACHS, I. (1993) *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. Prefácio: M. F. Strong – São Paulo: Studio Nobel – FUNDAP. Edição francesa atualizada: *L'écodéveloppement – Stratégies pour le XXI^e siècle*. Paris: Syros, 1998.
- SACHS, I. (1994) L'Inde et l'actualité des voies médianes. In: *Economie Appliquée*, 1994, tomo XLVII, n.2, p.181-9.
- . (1996) Developing in a Liberalized and Globalizing World Economy: An Impossible Challenge?. Texto preparado para o Seminar on Social Progress, realizado em Copenhagen, em 1996: Conditions for Social Progress: a World Economy for the Benefit of All. Havreholm Castle, 4-6 de outubro de 1996, Royal Danish Ministry of Foreign Affairs. Paris: EHES-RCBC, novembro de 1996, 25p. (Também publicado em português em: *Estudos Avançados/Universidade de São Paulo*, v.11, n.30, maio-ago. 1997, p.213-42.)
- . (1997a) Les quiproquos du débat sur la mondialisation. In: *La Pensée* n.309 (número especial: *La mondialisation*) Paris: jan.-fev.-mar. 1997, p.17-26.
- . (1997b) Beyond Markets and Jobs. People's Livelihoods in Real Economy. Texto preparado para o Copenhagen Seminar on Social Progress.
- . (1998) Le développement en tant qu'appropriation des droits de l'homme (artigo apresentado a: *Estudos Avançados*, USP).
- SALOMON, J. J., SAGASTI, F., SACHS-JEANTET, C. (orgs.) (1994) *The Uncertain Quest – Science, Technology and Development*. Tóquio: United Nations University Press.
- STREETEN, P. (1997) Some Reflections on Social Exclusion. In: GORE, C., FIGUEIREDO, J. B. (orgs.) *Social Exclusion and Anti-Poverty Policy – A Debate*. New York, Genève: ILS-ILO/UNDP, p.66-73.

- SZACKI, J. (sel. e introd.) (1997) *Ani Ksiaze, Ani Kupiec: Obywatel*. Idea Społeczeństwa Obywatelskiego w Mysli Współczesnej, Znak/Fundacja im Stefana Batorego. Varsóvia.
- TODD, E. (1998) *L'illusion économique*. Paris: Gallimard.
- UNCTAD (1997) *Trade and Development Report*. New York, Genève: United Nations.
- WILHEIM, J. (1998) Challenges for Planning in the Present Transitional Period. In: *Economies et Sociétés – Développement, croissance et progrès*. Série F, n.38, 1, p.99-105.
- ZIEGLER, J. (em colaboração com Mühlhoff, U.) (1998) *Les seigneurs du crime – Les nouvelles mafias contre la démocratie*. Paris: Seuil.